

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo parlamentar do PSD está muito preocupado com o decorrer da época de exames 2016/17.

De facto, pela primeira vez em mais de 20 anos há denúncias e fortes indícios de ter havido graves quebras do dever de sigilo previsto no art.º 19.º do DL n.º 102/2013, de 25 de Julho, que estabelece “Os trabalhadores do IAVE, I.P., bem como as pessoas ou entidades, públicas ou privadas, que prestam ao IAVE, I.P., a título permanente ou ocasional, quaisquer serviços ou colaboração, ficam sujeitos a compromisso de confidencialidade e dever de reserva no que respeita a informações a que tenham acesso, seja qual for a finalidade, não podendo divulgar, nem utilizar, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que tenham dessas informações.”, e conseqüente conhecimento dias antes da data de realização da prova por um universo desconhecido de alunos de parte significativa de itens e tópicos do exame de português através das rede sociais, o que coloca em causa o princípio de igualdade de condições entre alunos e a credibilidade deste instrumento de avaliação externa que tem fortes implicações no acesso dos alunos do secundário ao ensino superior.

A gravidade da denúncia que pela sua natureza se distingue claramente das mensagens especulativas sobre o conteúdo dos exames, a existência de uma gravação das trocas de informações entre os alunos que foi transcrita e disponibilizada na comunicação social fez com que o IAVE -Instituto de Avaliação Educativa-tenha solicitado, e bem, uma averiguação e investigação junto do Ministério Público e a Inspeção Geral de Educação e Ciência.

De acordo com as notícias que têm vindo a público o IAVE – Instituto de Avaliação Educativa – só vai decidir na próxima semana se anula o exame nacional de Português do 12.º ano para os mais de 70 mil alunos que realizaram a prova, estando dependente do apuramento “se a fuga de informação sobre o conteúdo dos exames circulou antes ou depois da realização da prova”.

Trata-se naturalmente de uma situação de uma enorme gravidade que tem de ser exaustivamente e rigorosamente investigada pelo Ministério Público e pela IGEF e clarificadas com celeridade pelo IAVE e pelo Ministério para tranquilizar os muitos milhares de alunos e famílias afetadas.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais

aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vem por intermédio de Vossa Excelência dirigir ao Governo, através do Ministro da Educação, as seguintes perguntas:

1. O Ministério tem conhecimento da possibilidade do exame de português poder vir a ser anulado?
2. Tem garantias do IAVE que está preparado para a eventualidade de ser necessária a realização de novo momento de avaliação para os mais de 74 mil alunos?
3. Que garantias pode o IAVE dar de absoluto sigilo sobre as remanescentes 2 provas das 3 preparadas ao longo do ano?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 23 de Junho de 2017

Deputado(a)s

ÁLVARO BATISTA(PSD)
AMADEU SOARES ALBERGARIA(PSD)
CARLOS ABREU AMORIM(PSD)
CRISTÓVÃO CRESPO(PSD)
CRISTÓVÃO SIMÃO RIBEIRO(PSD)
DUARTE MARQUES(PSD)
EMÍLIA SANTOS(PSD)
JOANA BARATA LOPES(PSD)
JOSÉ CESÁRIO(PSD)
LAURA MONTEIRO MAGALHÃES(PSD)
MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)
MARGARIDA MANO(PSD)
MARIA GERMANA ROCHA(PSD)
MARIA MANUELA TENDER(PSD)
NILZA DE SENA(PSD)
PEDRO ALVES(PSD)
PEDRO PIMPÃO(PSD)
SUSANA LAMAS(PSD)